

Intervenção do Deputado Jaime Jorge  
Fundo de Coesão  
Horta, 15 de Março de 2006

Senhor Presidente  
Senhoras e senhores deputados  
Senhora e senhores membros do Governo

Foi na campanha para as Eleições Regionais de 2004 que, pela primeira vez, pela voz de Carlos César, Presidente do Governo Regional dos Açores, se ouviu falar do Fundo de Coesão.

Ganhas as eleições pelo Partido Socialista, começa-se a desenhar nos principais documentos de orientação e gestão do mandato que então se iniciava, respectivamente Orientações de Médio Prazo e Plano Anual para 2005, a constituição deste Fundo, com efectiva materialização no entanto, no Plano Anual para 2006.

Este Fundo assim criado, visa segundo o Governo Regional, dotar as ilhas mais periféricas e de níveis de desenvolvimento mais baixos, designadamente Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, de mais meios financeiros, que possam operar uma maior aproximação, ao grupo de ilhas que compõem o pelotão da frente e onde se verificam maiores índices populacionais e de desenvolvimento.

Contudo, este modelo não foi precedido de um verdadeiro estudo, que apontasse nesta direcção. Nem tão pouco, copiado doutra realidade análoga exterior, com sucessos comprovados e demonstrados.

Alias, se tivermos em consideração as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional e do Sr. Secretário Regional da Economia sobre esta matéria, podemos até concluir que este é um modelo meramente experimental de desenvolvimento para os Açores. A qualquer momento poderá ser alterado ou corrigido ou mesmo complementado com novas medidas, que não faziam parte do projecto inicial, como a recente alteração do preço dos transportes aéreos para algumas ilhas ou os apoios diferenciados previstos no PROMÉDIA, para os órgãos de comunicação social daquelas ilhas.

No entanto, todos tememos que as ilhas menos desenvolvidas dos Açores e os açorianos que nelas tenham projectos de vida, não tenham tempo para hesitações e inflexões, em tudo o que tenha a ver com políticas de desenvolvimento. Importa por isso, fazer uma avaliação crítica, qualitativa e não quantitativa, deste denominado Fundo de Coesão.

O PSD reconhece que este é seguramente um tema delicado e difícil. O PSD está consciente das dificuldades e complexidade de se instituir um modelo de desenvolvimento, que inverta a redução demográfica da maioria das ilhas dos Açores e que reduza o fosso que actualmente existe nos vários níveis de desenvolvimento, que regista o território Açoriano.

Até porque nas sociedades modernas, o seu desenvolvimento é sobretudo ditado pela concentração populacional e pelas suas dinâmicas geradoras de verdadeiras economias de mercado.

Por isso mesmo, entendo que esta matéria padece de um perigoso défice de discussão pública e de debate parlamentar. Se este Fundo pretende ser um suporte para um verdadeiro modelo de desenvolvimento para os Açores, com dinâmicas orientadas para a inversão do decréscimo populacional, que muitas das nossas ilhas menos desenvolvidas denotam, então, à sua volta deveria haver um amplo consenso regional, uma espécie de “pacto de regime” que o apontasse como um verdadeiro desígnio Açoriano.

Contudo, este Fundo parece apenas surgir, como uma proposta atabalhoada, ainda por concluir e atirada à pressa, em resposta às Sociedades de Desenvolvimento anunciadas pelo PSD, na campanha eleitoral de 2004.

Senhor Presidente  
Senhoras e senhores deputados  
Senhora e senhores membros do Governo

Embora este Fundo de Coesão não seja claramente, por si só, resposta à ameaça de desertificação que paira sobre estas cinco ilhas, os pressupostos filosóficos e conceptuais que estão na base da sua criação, podem ser interessantes e justificados. O objectivo seria arrastar na senda do

desenvolvimento regional, todo o território açoriano, designadamente as nossas ilhas mais periféricas.

Parece-nos, no entanto, que apenas incentivos ao empreendedorismo empresarial não trazem necessariamente a fixação de mais pessoas, nem um aumento efectivo das suas populações, nem tão pouco a captação de mais investimento exterior.

Como se sabe que, empresas e empresários não abundam por estas ilhas, então o acréscimo das dotações, que resultam da afectação do Fundo de Coesão às ilhas que o constituem, poderão vir a ser autênticos punhados de areia lançados aos olhos dos habitantes destas cinco ilhas, já que a sua utilização depende da mobilização dos seus empresários para novos investimentos.

E novos investimentos em ilhas que tem, nos últimos anos, registado acentuados decréscimos populacionais, é coisa que os empresários, na actual conjuntura económica, podem não estar dispostos, nem preparados para fazer.

Um verdadeiro modelo de desenvolvimento, que consiga puxar à frente estas ilhas, não deve nem pode ser feito só à custa de ferro e betão. Temo, por isso, que a estratégia que este governo implementou, conduza, no médio prazo, a uma Região onde, pela primeira vez na sua história, depois do seu povoamento, se venha a verificar uma progressiva e incontrolável desertificação de algumas das suas ilhas.

Um verdadeiro modelo de desenvolvimento não pode consistir apenas em atirar dinheiro para os problemas, sem uma estratégia como suporte.

Por isso, a ilha do Pico tanto se bateu para que fosse integrada num grupo de ilhas que pudesse efectivamente beneficiar de um verdadeiro modelo de desenvolvimento. Um modelo credível, consensual, no qual os açorianos mais distante das ilhas mais desenvolvidas, acreditassem ser a oportunidade para operar a transformação, que estes tanto desejam.

Por isso, a ilha do Pico tanto se bateu para que este Governo a considerasse como fazendo parte do grupo das ilhas mais desfavorecidas. Infelizmente, assim não aconteceu. O Governo Regional teimou em deixar o Pico de fora, por considerar que o seu remodelado e ampliado aeroporto, pode vir a ser a panaceia que nos irá permitir ultrapassar todos os nossos constrangimentos, o que não acreditamos.

No Plano para o corrente ano, o Governo aumenta as dotações para as cinco ilhas ditas da coesão, colocando mais dinheiro à sua disposição.

No entanto, a forma como este Governo veio finalmente implementar as medidas constantes deste apoio designado Fundo de Coesão, parece-nos superficial e inconsequente.

Até porque a criação apressada deste Fundo, como resposta às Sociedades de Desenvolvimento, projecto do PSD para a sociedade Açoriana, significa, para nós, a

assunção, ainda que de forma envergonhada, por parte do Governo Regional, que nestas cinco ilhas que são objecto do Fundo de Coesão, muito pouco foi feito no sentido de perseguir um verdadeiro desenvolvimento harmónico desta região e também a consciencialização de que estas ilhas cada vez tem vindo a ficar mais distantes das ilhas, que em termos de desenvolvimento sustentado, constituem o pelotão da frente.

A ilha do Pico pode bem ser o exemplo deste paradigma. Foram construídas algumas importantes infra-estruturas nos últimos anos, sem que, no entanto, se tenha iniciado um verdadeiro ciclo de desenvolvimento. A captação e fixação de investimento exterior e o aumento da nossa população, são ainda hoje uma miragem, no nosso cinzento horizonte.

Continuamos a verificar uma debandada dos nossos jovens, que saem para prosseguir os seus estudos e já não regressam, porque a ilha pouca ou nenhuma expectativa tem para lhes oferecer.

Sai também a nossa população idosa, para tratar de problemas relacionados com a sua saúde, regressando na maior parte dos casos, apenas para o seu funeral.

Perseguir uma ideia de desenvolvimento sustentado, não implica sempre a invenção de um novo modelo, de um novo conceito. Muitas vezes é preferível adaptar modelos com provas dadas.

Este modelo não perspectiva nada de bom, nada de perene, em suma nada de sustentável porque carece de ser estruturado. Um modelo estruturado e estrutural resiste às conjunturas adversas.

Desenvolvimento não se consegue só com infra-estruturas; carece de gente e isto só se consegue se houver atractivos à fixação dos jovens para que, depois de formados profissionalmente, tenham reais possibilidades de, nas suas ilhas, virem a desenvolver actividades económicas no âmbito das suas formações.

O desenvolvimento consegue-se prestando uma boa educação, prestando bons cuidados de saúde, implementando redes de transportes, modernas, rápidas e eficazes e desenvolvendo políticas que visem atenuar os custos da nossa insularidade e ultra periferia.

Correm assim, os Açores e os Açorianos, sérios riscos de, no médio prazo, virem a registar, dentro do seu território, dois níveis de desenvolvimento bem distintos, separados por um fosso enorme, que cada vez mais se acentuará.

O desafio do desenvolvimento está sempre à nossa frente e nunca é plenamente atingível, porque as sociedades modernas estão envoltas em permanentes dinâmicas próprias e em constantes mutações. Para o PSD, enquanto não se atingir nos Açores, um nível de plena coesão social, nos quatro cantos do arquipélago, nunca se poderá falar de pleno desenvolvimento.

Senhor Presidente  
Senhoras e senhores deputados  
Senhora e senhores membros do Governo

Foi recentemente anunciada, em Santa Maria, a criação de mais uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, desta vez denominada “Ilhas de Valor”.

Depois de ouvidas as parcas explicações sobre esta sociedade, parece-nos que esta pretende vir preencher mais uma lacuna, detectada neste modelo de desenvolvimento, complementando o Fundo de Coesão com uma perspectiva de investimento público, provando assim também o falhanço do conceito inicial.

No entanto, como se trata de uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, entendemos que o Governo não pode nem deve furtar-se a mais este debate.

No mínimo, a sociedade açoriana e a Assembleia Regional, tem o direito de saber qual o seu plano de actividades e intenção de investimentos futuros e respectiva ordem de prioridades. Já que esta ordem de prioridades, à semelhança de outras propostas, deverá reflectir as mesmas preocupações do Fundo de Coesão, na distinção das ilhas mais desfavorecidas do Arquipélago.

A Coesão parece, afinal, um conceito que o Governo Regional usa ao sabor das conveniências. Incluem-se ou excluem-se as ilhas, conforme a ocasião! A Coesão do Fundo, já não é a mesma Coesão das ilhas de valor!



Podemos, enfim, concluir, que este Fundo de Coesão foi criado com ligeireza e superficialidade, o que o marca negativamente. Quando podia ter sido substancialmente melhorado, se o Governo Regional o tivesse submetido ao necessário debate parlamentar e aceite as sugestões de melhoramento.

A estratégia parece ser assim, nesta como em outras matérias, subtrair e nunca acrescentar debate.

Em democracia, todas as ideias ou conceitos que resultem em iniciativas legislativas, devem ser profundamente debatidos, sob pena de não virem a conseguir o sucesso e impacto almejados. Esta é uma das principais regras do jogo democrático.

Por último, e no que à ilha do Pico diz respeito, abre-se aqui, com esta sociedade, uma pequena janela de esperança, já que apesar de excluídos de tudo o que ao Fundo de Coesão diga respeito, podemos vir a ser bafejados com a sorte de sermos contemplados, tal como a ilha Terceira, com algum investimento governamental.

Disse.